



Anais da Assembléia

Nº 89 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1989 ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (31).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca e Sabino Campos (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 73/89

Curitiba, 12 de outubro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar o cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo de simbologia DAS-4 e alterar dispositivos da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, assim como adotar outras providências pertinentes aos funcionários da referida Coordenação.

Os dispositivos legais ora propostos a essa Augusta Assembléia Legislativa, consultam aos superiores interesses da Administração, eis que, segundo argumentação da Secretaria de Estado da Fazenda, em expediente a mim dirigido, "visam corrigir distorções observadas quando da administração da carreira fiscal, quanto à tabela de vencimentos, processos de aposentadoria por invalidez e defesagem salarial. Propiciam ainda, o estabelecimento de mecanismos de vinculação da produtividade ao desempenho da arrecadação. "Para mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto, é anexada cópia autêntica de justificativa apresentada pela SEFA, onde se contém análise de cada item da proposta em referência.

Certo de que o anteprojeto de lei merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado, "CRE", Categoria "A", fica transformado em cargo de simbologia DAS-4, com a mesma denominação.

§ 1º - Permanece inalterada a Tabela de Escalonamento Vertical a que se refere o artigo 8º da Lei n. 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

§ 2º - A nomeação para provimento do cargo referido no "caput" deste artigo deverá recair sobre funcionário do Grupo TAF, da série de classes de AF-1, de que trata a Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, em efetivo exercício.

Art. 2º - O vencimento do cargo de Agente Fiscal I, Classe "C", referência IV, a que se refere o parágrafo único do artigo 126, da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, é fixado em 65% (sessenta e cinco por cento), do vencimento do cargo de Diretor da CRE.

Art. 3º - O vencimento do cargo de Agente Fiscal 4, classe "D", a que se refere a Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, é fixado em 30% (trinta por cento), do vencimento do cargo de Diretor da CRE.

Art. 4º - O artigo 95 da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 95 - O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor correspondente ao de 270 (duzentos e setenta) quotas".

Art. 5º - O cálculo de quotas de produtividade a que se refere o art. 100 da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, obedecerá o critério fixado no art. 76 da referida Lei, com a redação que lhe foi dada pelo art. 3º da Lei n. 8.993, de 02 de junho de 1989.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Art. 1º - A transformação do cargo de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo da simbologia DAS visa adequá-lo a simbologia utilizada pelos demais cargos de Direção do Poder Executivo.

O Parágrafo Único deste artigo torna o provimento do cargo em questão privativo aos integrantes da carreira de Agente Fiscal, que já ocorre com os demais cargos em comissão da estrutura da CRE, o que inclusive é recomendado no inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

Arts. 2º e 3º - Estes artigos vinculam, a exemplo do que já ocorre com os cargos em comissão, os cargos de carreira ao cargo de Diretor do órgão, dando portanto, uniformidade de tratamento aos cargos efetivos e comissionados.

Art. 4º - O dispositivo altera o limite da remuneração variável dentro de cujos parâmetros o Executivo, segundo autorização já prevista em lei própria, fixa o mecanismo de estímulo ao incremento da arrecadação. Tal alteração resulta de acordo negociado pela categoria com o Governo.

Art. 5º - Este artigo corrige equívoco pela Lei 8.993, de 02 de junho de 1989 que ao alterar critérios de cálculo das quotas de produtividade na aposentadoria deixou de estender o mesmo critério aos aposentados por invalidez. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 75/89

Curitiba, 13 de outubro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de novembro de

1989, a título de antecipação, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ainda, reajustar o valor das gratificações que especifica, do salário-família, das pensões especiais, dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e da remuneração dos cargos diretivos das Fundações, assim como fixar a remuneração do cargo de Secretário de Estado.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis consubstancia um grande esforço do Governo do Estado e reflete sua constante preocupação no sentido de manter a remuneração dos servidores estaduais em níveis justos e atualizados, na medida das possibilidades do erário público.

Apresentando maior detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a essa Augusta Assembléia Legislativa, é anexada cópia autêntica do Ofício nº 1.317/89, de 12 de outubro de 1989, que me foi encaminhado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que proposição merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento), na Administração Direta e Autárquica:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

Art. 3º - Fica reajustada em 85% (oitenta e cinco por cento), a remuneração dos cargos diretivos das Fundações.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que tratam o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, artigo 1º da Lei nº 7.507, de 15 de

outubro de 1981, e artigo 10 da Lei n° 7.877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em NCz\$ 9,70 (nove cruzados novos e setenta centavos), devendo os cálculos complementares obedecerem aos princípios estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 2° da Lei n° 8.934, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 5° - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada, a partir do mês de novembro, em NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), de vencimentos e NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 6° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos), e o valor das pensões especiais para NCz\$ 135,80 (cento e trinta e cinco cruzados novos e oitenta centavos).

Art. 7° - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofício n° 1317/89- SEAD

Curitiba, 12 de outubro de 1989.
Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar e submeter à elevada apreciação e encaminhamento de Vossa Excelência, a inclusa minuta do anteprojeto de lei que visa reajustar, por antecipação, os vencimentos dos cargos e funções dos servidores civis estatutários, os salários dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, dos diversos Poderes do Estado, o soldo dos servidores militares, a remuneração do Secretário de Estado, o salário-família, as pensões especiais, a gratificação de regência de classe e a gratificação de representação de gabinete, a partir de 01 de novembro de 1989.

O índice percentual proposto é de 85% (oitenta e cinco por cento), visando recompor parte do poder aquisitivo destes servidores, face o processo inflacionário ocorrido nos últimos meses, fato que ocasionou grandes defasagens nas respectivas remunerações.

Conveniente ressaltar que grande contingente de servidores, principalmente, os do Poder Executivo, encontram-se com vencimentos básicos constantes de tabela, aquém do salário-mínimo, situação que

obriga o Estado a processar a atualização mensal desses valores, advindo, inclusive, acentuado achatamento salarial, resultando, em vários casos, o desaparecimento da hierarquia funcional.

Trata também, o anteprojeto de lei, do reajuste dos cargos diretivos das Fundações.

O acréscimo de despesa com a presente proposta é da ordem de NCz\$ 146.454.900,00 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos cruzados novos).

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

(a) Dep. MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração.

OFÍCIOS:

Sob os n°s DATL/SAT 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197 e 199/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

160/89:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PAIS E AMIGOS DO CENTRO SOCIAL E INFANTIL MARIA JOSÉ COUTINHO CAMARGO, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.084. Anote-se. Arquite-se.

267/88:

De autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública, o MOVIMENTO ECOLÓGICO MATAR NATUREZA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.085. Anote-se. Arquite-se.

320/88:

De autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA PRIMAVERA, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou o n° 9.086. Anote-se. Arquite.

043/89:

Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar as áreas de terras devolutas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.087. Anote-se. Arquite-se.

094/89:

De autoria do Deputado Pedro Tonelli, que declara de Utilidade Pública estadual a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE VILA MARIA ANTONIETA, com sede e foro no Muni-

cípio de Piraquara, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.089. Anote-se. Arquite-se.

194/89:

De autoria da Deputada Amélia de Almeida Hruschka, autoriza o Poder Executivo a criar o INSTITUTO DO CORAÇÃO DO PARANÁ, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, com sede na Capital e administrado por uma sociedade de economia mista, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.090. Anote-se. Arquite-se.

250/88:

De autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina ANTONIO GASPARIN o trecho da rodovia que liga Colombo e Bacaetava, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.091. Anote-se. Arquite-se.

253/88:

De autoria do ex-Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CIVIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E EMPRESAS ESTATAIS, ASSOCIPE, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.092. Anote-se. Arquite-se.

255/88:

De autoria do Ex-Deputado Nestor Baptista que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA, com sede na Rua da Glória, n° 158, Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.093. Anote-se. Arquite-se.

143/89:

De autoria do Deputado José Afonso Júnior, que denomina Rodovia JAMIL MUCHAILI a Rodovia PR-218, no trecho compreendido entre os Municípios de Ribeirão do Pinhal e Nova Fátima, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.094. Anote-se. Arquite-se.

149/89:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o título de Cidadão Honorário "post-mortem" aos Senhores CHAIM LEIB KNOPFHOLZ e JOSÉ T. KNOPFHOLZ, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.095. Anote-se. Arquite-se.

210/88:

De autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que denomina "Reno João Neves", a Rodovia PR-438, que liga a sede do Município Teixeira Soares até a BR-277, naquela municipalidade, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.096. Anote-se. Arquite-se.

227/88:

De autoria do Deputado Luiz Antonio

Setti, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçonica "Obreiros de Abatiá", com sede e foro na Cidade de Abatiá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.097. Anote-se. Arquite-se.

228/88:

De autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.098. Anote-se. Arquite-se.

229/88:

De autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Creche da Igreja Ambiental - CREIA, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná, o qual, convertido em Lei tomou o n° 9.099. Anote-se. Arquite-se.

244/89:

Do Poder Executivo, que eleva o valor do soldo de Coronel da Polícia Militar, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.100. Anote-se. Arquite-se.

245/89:

Do Poder Executivo, que eleva, nos percentuais que menciona, gratificação a ocupantes de cargos policiais civis, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.101. Anote-se. Arquite-se.

189/89:

Do Tribunal de Contas, que fixa, conforme especifica, os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.102. Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° 195/89/DTL/SAT, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei n° 126/89, cujo objeto tornou-se superado face o dispositivo contido no art. 31, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual promulgada em 5 do corrente mês. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/198/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando que, entre os dias 13 a 22 do corrente mês, afastar-se-á do País, com destino à Itália, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER preferência de vo-

tação ao Projeto de Resolução n° 58/89 de autoria da Comissão Executiva, e Projeto de Resolução n° 41/89.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 41/89.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da redação final, para o Projeto de Lei n° 251/89 (Mensagem n° 65/89), de autoria do Executivo, aprovado na forma do substitutivo geral, da Comissão Geral de Plenário, visto que à referida matéria, não foram apresentadas as emendas de plenário no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei n° 202/89, de autoria deste Deputado, ao Projeto de Lei n° 195/89 de autoria do Deputado Anibal Khury, e que concede Gratificação de Responsabilidade Técnica.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder, LAERTES LUIZ FOGGIATO, ex-Diretor do Departamento Legislativo, e Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa ocorrido nesta Capital no dia 12 do corrente mês.

Membro de tradicional família, o extinto deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, também, que do pronunciamento desta Casa se dê notícia à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, pelo 77° Aniversário de Fundação do Corpo de Bombeiros, comemorado em 06 de outubro de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Cel. QOBM Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante do Corpo de Bombeiros, à Rua Nunes Machado, 130, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do "Dia Nacional da Pecuária", que se comemora em todo o Brasil em 14.10.89.

Requer, ainda, que do presente se dê conhecimento e se estenda tais votos de congratulações às seguintes pessoas que no exercício profissional, representam as molas mestres do desenvolvimento da pecuária do nosso Estado.

- Dr. Ademir Gracciotin.

Diretor do Dept° Pecuária da SEAB/Pr.
Rua dos Funcionários, 1558 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Ari Eduardo Stroher.

Diretor do DEFIS - SEAB/Pr.
Rua dos Funcionários, 1558 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Luiz Augusto Pfau.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Danilo Melhmann.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Ataíde Rodrigues.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dra. Jane Elizabeth Setenareski.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Angelo Garbossa Neto.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Otamir Cezar Martins.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Zootecnista Luiz Vernando Brondaine.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Zootecnista Rosalino Zat.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Cezar Amim Pasqualim.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Nelci Madruga de Carvalho.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Ludgero Correia Monteiro.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Ivo Brum Neto.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Edson José Trento - Presidente da Emater/Pr.

Emater/Pr - Rua da Bandeira, 171 -

80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Dalmir México Martins - Chefe do Laboratório Marcos Henriette.

Rua Jaime Balão, 575 - 80.030 - Curitiba - Pr.

- Dr. Valmir Kowaleski - Pres. da Soc. Paranaense de Medicina Veterinária.

Rua Mal. Deodoro, 497 - 9° - Curitiba - Pr.

- Dr. Élio João Ventura - Pres. Sind. Médicos Veterinários no Paraná.

Rua Mal. Deodoro, 497 - 9° - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações à CAPRICAR - Associação dos Caprinocultores do Paraná, pela realização, com pleno sucesso, do I Encontro Brasileiro de Caprinocultura, em Curitiba, de 09 a 11.10.89.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Rui Santos, digníssimo presidente da CAPRICAR, através de correspondência encaminhada para o seguinte endereço: Rua Gonçalves Dias, 97 - CEP 80.240 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pela realização com brilhantismo, do XXXIX Jogos dos Servidores Públicos do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Fausto Luiz Abry, Digníssimo Presidente daquela entidade, através de correspondência endereçada à Rua 24 de Maio, 248, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2097

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, a Douta Mesa, após ouvido o nobre Plenário, seja inserido nos Anais da célebre sessão do dia de hoje, Votos de Congratulações à Orquestra Sinfônica do Paraná, outrossim, ao Coral Harmônico do Paraná, pela brilhante apresentação em 05 de outubro do corrente.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Maestros e componentes, endereçando cópia deste requerimento à Fundação Teatro Guaíra nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO

JUSTIFICATIVA:

A música eleva o espírito humano a paragens multicores, quando podemos nos transportar a lugares e épocas distintas em menos de um minuto. São mensagens desenhadas em linhas harmônicas e lembranças guardadas em pequenos canais que nos unem e sensibilizam.

Em 5 de outubro, reunimo-nos em especial comemoração: PROMULGAÇÃO DA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, e nesta data tão importante fomos agraciados com o espetáculo apresentado pela Orquestra Sinfônica e Coral Harmônico do Paraná, que com todo talento abriram as cortinas do futuro paranaense.

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Presidência do Coritiba Foot Ball Club, na pessoa do Senhor Bayard Osna, pela passagem do Octogésimo Aniversário do Club.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball Club, ao longo de sua existência vem se destacando em competições nacionais e internacionais, elevando o nome do Paraná no setor esportivo.

REQUERIMENTO N° 2108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto congratulatório aos professores pela passagem do seu dia comemorado ontem. Este ato será uma partícula de reconhecimento ao relevante papel que este ser desempenha na formação do homem, instruindo sem distin-

ção a todos no caminho do saber.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Associação de Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O Professor é aquele elemento que em tudo e com tudo contribui para o desenvolvimento de uma sociedade, mas que nem sempre seu valor é reconhecido na sua profundidade e realidade. Se não tivéssemos mestres desprendidos e idealistas, conhecedores da enorme importância do seu desempenho, não teríamos conseguido o privilégio de chegar ao grau de desenvolvimento e cultura que hoje alcançamos. Por isso nada mais justo do que participarmos de uma forma modesta, porém sincera, das glórias das comemorações desse Dia.

REQUERIMENTO N° 2111

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Ilustríssimo Sr. Dorival Vianna, Coordenador de Marketing e Comunicação Social do BANESTADO, pela escolha como Homem Marketing Brasil, juntamente com 12 homens de Ouro do Brasil.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos Excelentíssimos Srs. Governador Álvaro Dias e Dr. Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, pela magnífica organização da 20.^a EXPOTIBA e 2.^a FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Governador e ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O sucesso da 20.^a EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS - EXPOTIBA e da 2.^a FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA é um fato internacionalmente reconhecido, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística quanto pelas entidades e empresários participantes.

Mais do que uma exposição foi um ponto de negócios, centro de decisões, que colo-

ca em relevo não somente a agropecuária paranaense mas também a capacidade de nossos empresários do setor e a visão de seus organizadores, entre os quais se destaca a figura do Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias.

O volume de comercialização em cruzados novos superou de largo as mais otimistas expectativas, registrando recordes nacionais em venda de animais, recordes de público, de preço individual por animal, mas isso é apenas um dado importante, sem dúvida, mas a ele devem ser acrescidos outros dividendos.

A 20.^a EXPOTIBA e 2.^a FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA representaram o estímulo e o crescimento, não apenas à pecuária bovina, mas ainda aos segmentos mais diversificados, considerados menores, como por exemplo a caprinocultura, o Mangalarga Marchador e Araucária, a incipiente bubalinocultura. Até a cunicultura e a apicultura tiveram seu espaço de promoção e crescimento no contexto geral da economia estadual. Junte-se a isso, os setores de produtos e serviços que também participaram e evoluíram por decorrência.

A 20.^a EXPOTIBA e a 2.^a FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA foram, no entanto, grande centro das decisões, das discussões e dos debates, haja vista a presença permanente do Governo, a reunião da Frente Ampla da Agropecuária, a presença na abertura do Ministro Íris Rezende, sendo que do debate com este surgiu a solução para o problema da triticultura na qual é colocada com clareza a posição do Paraná sobre produção, crédito, comercialização e outros itens de mais alta importância para a agropecuária paranaense.

Em suma, toda a repercussão positiva, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e sua equipe pois o sucesso da EXPOTIBA é o resultado da organização e do apoio às classes produtoras que responderam à altura. O Secretário Osmar Fernandes Dias, deu à EXPOTIBA a sua justa envergadura, assim como vem promovendo com a agropecuária paranaense, em que pesem os percalços circunstanciais.

Durante a EXPOTIBA INTERNACIONAL, o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Osmar Dias, entregou 12 conjuntos de inseminação artificial e 18 equipamentos para fazer silagem a cooperativas e prefeituras paranaenses. Com essa providência a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento impulsiona o Programa de Produção Animal no setor da pecuária leiteira, ampliando de 82 para 94 o número de conjuntos distribuídos. Além disso, o Secretário Osmar Dias entregou três veículos à Associação Paranaense de Criadores

de Bovinos que servirão para o trabalho de controle leiteiro.

Portanto, está de parabéns a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e por extensão o Governo Álvaro Dias; está de parabéns a indústria, o comércio e a agropecuária do Estado.

Por isso é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de todos os paranaenses que desejam ver o desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos e congratulações pelo transcurso do Dia Universal dos Animais, ocorrido em 04 do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Dra. Enide Bernardi, presidente da Sociedade Protetora dos Animais, no seguinte endereço: Rua Sandália Monzon, 113, Bairro de Santa Cândida, CEP 82.500 Curitiba - PR, e também a Sra. Laura Marta Estevão, Rua João Guariza, 355, Bairro São Lourenço, CE 82.000 Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, objetivando a implantação do ensino de 2° Grau nos estabelecimentos de ensino localizados no Jardim Alvorada e Parque Ouro Verde, no Município de Paçandu.

Tal solicitação fundamenta-se em justas razões, haja vista a grande densidade de alunos lá residentes, que são obrigados a se deslocar grandes distâncias de suas residências, pondo em risco a sua segurança e gerando intranquilidade aos seus pais.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Fernandes Dias, DD. Governador do Estado do Paraná e ao Dr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a construção do Hospital Regional de Sarandi.

Tal solicitação justifica-se plenamente,

tendo em vista que, por falta de uma estrutura adequada e compatível com a realidade, o atendimento médico-hospitalar tem se demonstrado inoperante em atender a contento a população de Sarandi.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor Luiz Carlos Jorge Hauly, solicitando a instalação de Coletoria Estadual no Distrito de Cafezal, Município de IPORA.

Considerando ser o Distrito Administrativo de Cafezal dos mais populosos do Município, que abriga em sua extensão grande número de pecuaristas e agricultores e considerando as dificuldades enfrentadas pelos munícipes que residem naquela localidade, quando necessitam dos serviços de agências de rendas, devendo locomover-se até a sede do Município, para carimbar notas fiscais e obtenção de guias de transportes de animais e outros serviços.

Dessa forma a implantação da Coletoria Estadual no Distrito, viria facilitar significativamente a vida da comunidade local, assim como contribuiria para o crescimento econômico daquele pujante Distrito.

Por ser de ímpar importância a população, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Presidência da TELEPAR, para que seja ampliada a rede de serviços do Posto Telefônico do Distrito de Honório Serpa, para que a comunidade seja melhor atendida.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma comunidade relativamente grande, o posto de serviços telefônicos não tem condições de atender a todos que solicitam seus serviços, ocasionando filas enormes e insatisfação das pessoas que estão no aguardo e que muitas vezes não conseguem resolver seus problemas por falta de atendimento do referido

REQUERIMENTO N° 2100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER e DNER, para que sejam tomadas providências na recuperação das Estradas que cobrem nosso Estado.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

É difícil atualmente trafegar com segurança pelas rodovias deste País, pois o abandono é total e geral, colocando em risco os veículos que necessitam trafegar por elas.

Precisamos levar em conta que na grande maioria de nossas estradas, são percorridas por caminhões, elas representam o meio de trabalho destas pessoas.

É por este motivo que pagamos o selo pedágio para que sejam mantidas em ordem nossas estradas.

Aonde está o selo pedágio?

REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sociedade Bíblica do Brasil, congratulando pelo transcurso de seu 41° aniversário, comemorado no último dia 10 do corrente, e pelo lançamento de sua nova tradução: A Bíblia da Linguagem de hoje, e já distribuídos 164 milhões de exemplares, dos quais Cuba foi contemplada com 50.000.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. José Sarney, DD. Presidente da República e João Batista de Abreu, DD. Ministro do Planejamento, apoiando a correspondência a ele enviada pelos Excelentíssimos Srs. Governador Álvaro Fernandes Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, Sr. Pedro Simon, DD. Governador do Rio Grande do Sul, e Pedro Ivo Campos, DD. Governador de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais,

REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o alargamento dos acostamentos das Rodovias Estaduais, dentro dos limites das faixas de domínio, particularmente nas zonas rurais, para o tráfego exclusivo de máquinas agrícolas e meios de transporte de tração animal.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

É preocupante a condição a que estão expostas a acidentes as populações rurais que se servem das nossas rodovias estaduais, tanto para a sua locomoção como para a transferência da maquinária agrícola, entre as áreas de produção.

A absoluta falta de sinalização dessas máquinas e dos meios de transporte de tração animal, têm contabilizado um número sem fim de acidentes fatais, sem contar os danos materiais e físicos, de menor importância, que têm acumulado.

É inadiável, no atual contexto, que as patrulhas mecanizadas do DER voltem-se, desde logo, à consecução deste trabalho.

REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER após consultado o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, parabenizando a Corporação pelos 77 anos de relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se o combate aos incêndios florestais ocorridos em 1988, cujo desempenho e heroísmo resultou lamentavelmente em perdas de vida de companheiros, a operação praias, o trabalho de proteção à comunidade em épocas de enchentes, enfim, todo o desempenho desses heróis anônimos.

REQUERIMENTO N° 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Deputado Rubens Bueno, Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando informações sobre os procedimentos utilizados no que concerne à arrecadação dos tributos previstos na Lei n° 8328/86, bem como relatório da destinação e aplicação destes recursos no corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Externamos esta preocupação, de vez que se constata agravamento das condições sociais do menor em nosso Estado, notadamente o menor carente.

Indagações da sociedade, repercutem neste Parlamento. Observa-se a precariedade dos programas voltados ao atendimento da criança.

A lei referida no presente dispõe sobre a arrecadação e destinação de recursos para tal atendimento, daí a necessidade de dar uma resposta à sociedade e a este Parlamento sobre tais recursos.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 059/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, nos termos do artigo 54, VIII, da Constituição Estadual, e eu promulgo a seguinte resolução.

Art. 1° - O Governador do Estado, no exercício financeiro de 1989, perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - A remuneração do Vice-Governador do Estado é fixada em quatro quintos da do Governador.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - 1° Secretário

WERNER WANDERER - 2° Secretário

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamto: Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, David Chierigate, Antônio Annibelli, Hermas Brandão, Cândido Bastos, Nereu Carlos Massignan e Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

A remuneração do Governador e Vice-Governador do Estado deve, nos termos do artigo 54, VII, da Constituição Estadual, ser fixada pela Assembléia Legislativa.

Parece-nos que a remuneração proposta, igual à do Presidente do Tribunal de Justiça, é suficiente e compatível com o cargo de Governador e do Vice-Governador do Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 268/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do Conjunto Atenas II, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Conjunto Atenas II, congrega as famílias residentes naquele conjunto residencial que se localiza no Bairro de Campo Comprido, nesta Capital. Entre os seus objetivos, está a instalação de uma Creche Pré-Escolar. Essa Creche já existe - Creche Pré-Escolar Balão Mágico, onde 169 crianças carentes são cuidadas diariamente. Por se tratar de uma instituição destinada a beneficiar a comunidade, entendemos ser o nosso dever apoiá-la e estimulá-la para desenvolver os seus sadios propósitos.

PROJETO DE LEI N° 269/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Cultural e Esportiva Popular de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro na Cidade de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública, tem sua sede no Município de Ribeirão do Pinhal, região norte pioneira, objetiva congregar número ilimitado de associados, visando desenvolver atividades esportivas culturais, bem como, oferecer ao seu quadro social e respectiva família, programas recreativos, culturais, de entretenimento e lazer, estimulando, dessa forma, um maior e melhor entrosamento social de seus participantes, na realização dos objetivos a que se propõe.

Com os documentos que se instruem, espera-se o apoio dos Pares desta Casa para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 270/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de ANAHY, desmembrado do Município de Corbélia, com as seguintes divisas:

Começa na BR- 369, no início da estrada Timburi. Segue pela estrada Timburi, até o rio Cachoeirinha ou dos Porcos; desce este até sua Foz, no rio Piquiri; sobe por este até a Foz do rio Rebouças ou Sapucaí; sobe por este até a ponte na estrada Rancho Alegre, que liga Iguatu à BR-369; segue por esta até a BR-369; segue por esta até a estrada Timburi, PONTO INICIAL E FINAL.

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do Município de ANAHY.

PONTO INICIAL: o encontro da rua Marcílio Dias com a rua Rio Piquiri na Avenida São Paulo; segue pela rua Piquiri até a rua Toneleros; segue por esta até a rua Ivaí; segue por esta até a rua Bandeirantes; segue por esta até a rua Sem Denominação na Quadra nº 7 (inclusive); segue por esta até a Avenida Paraná; segue por esta até a rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a rua Rio de Areia; segue por esta até a rua Dois; segue por esta até a rua Cinco; segue por esta até a rua Almirante Tamandaré; segue por esta até a rua Rio Tibagi; segue por esta até a Avenida Brasil; segue por esta até a rua Marcílio Dias; segue por esta até a rua Piquiri na Avenida São Paulo, PONTO FINAL.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Acreditando na força do trabalho como fonte geradora de progresso e desenvolvimento, o Distrito de Anahy conta com infra-estrutura capaz de atender às necessidades básicas da população. Com uma economia baseada essencialmente na área agrícola, conta também com substancial apoio da área animal, quer bovina, suína e avícola, bem como indústria e comércio de considerável porte.

Atendendo, pois os requisitos prescritos pela lei para a criação de novos Municípios, a comunidade de Anahy anseia por uma administração própria, mediante sua emancipação política e administrativa, conforme documentação anexa no presente e confia que esta Casa de Leis aprovará por unanimidade este projeto.

PROJETO DE LEI Nº 271/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Distrito Administrativo de BOM JESUS, no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas: a) - ao NORTE, confrontando por uma linha seca e reta, com o Município de Cascavel; b) - ao SUL, confrontando pelo rio Iguaçu, com o Município de Capanema; c) - a LESTE, confrontando pelo rio Monteiro, com terras das Glebas nºs 10, 11 e 12 do Município de Capitão Leônidas Marques e dali seguindo por linha seca pela propriedade do Sr. José Galdino, até a divisa do Município de Cascavel; d) - a OESTE, confrontando pelo rio Gonçalves Dias, com o Município de Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo dar atendimento a uma justa e antiga reivindicação dos habitantes da comunidade de Bom Jesus, que já preenche os requisitos básicos necessários para elevar-se à categoria de Distrito Administrativo.

Constata-se, outrossim, pela documentação anexa, idêntico interesse das autoridades Municipais de Capitão Leônidas Marques, conforme representação do seu Prefeito Municipal e da Câmara de Vereadores, no sentido de que seja efetivada a criação do referido Distrito Administrativo.

Em anexo, segue Memorial Descritivo e respectivo mapeamento.

Considerando que a nova configuração político-administrativa irá proporcionar grandes benefícios aos habitantes da comunidade de Bom Jesus, nada mais justo e oportuno que esta Casa de Leis venha hipotecar apoio ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 272/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera-se o inciso I do art. 9º da Lei n. 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 9º -

I - Seguro".

Art. 2º - Acrescente-se o inciso III e § 1º ao art. 10 da Lei n. 8933/89, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 - ...

I -

II -

III - Os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo a consumidor final, não integram a base de cálculo do ICMS, quando destacados na nota fiscal.

§ 1º - Nas operações contratadas para pagamento a prazo em BTN, ou qualquer outro índice oficial de aferição da inflação ou de desvalorização monetária, o valor do ICMS destacado em nota fiscal por ocasião da saída das mercadorias não será complementada em virtude de diferenças geradas pela atualização monetária baseada naquele índice oficial.

Art. 3º - Fica suprimido o item do art. 23, I, Grupo A da Lei n. 8933/89, referente a equipamentos de áudio e vídeo suas partes, acessórios e suportes, classificados nas posições 85.18 a 85.24, 85.25.30, 85.26.92, 85.27 e 85.28.10, da

Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, sobre os quais passa a incidir a alíquota de 17%.

Art. 4º - Acrescente-se itens ao art. 23, II - Grupo B da Lei n. 8.933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação.

art. 23 -

II - Grupo B

1 -

2 -

.

.

.

. massa alimentícias, biscoitos, pães, "cookies" e bolos 3 refeições industriais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo estabelecer em dezessete por cento (17%) a alíquota do ICMS para as operações com equipamentos de áudio e vídeo, suas partes e acessórios, com classificação indicada nas posições da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

É que atualmente, em razão do disposto no art. 23, I da Lei n. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tais produtos sofrem a tributação em vinte e cinco por cento (25%), em nível maior dos que a existente nos Estados que compõe a região sul e sudoeste do País, como se nota do demonstrativo em anexo.

E parece evidente que, não só o comércio do Paraná vem sofrendo sensíveis prejuízos com tal desnível de taxaço, como também o consumidor paranaense está sendo penalizado, à vista de que o valor do ICMS é uma componente do preço do produto.

Assim, para corrigir o desequilíbrio decorrente de tributações diferentes, faz-se mister diminuir a alíquota do ICMS sobre os produtos indicados.

Por outro turno, as empresas preparadoras de refeições industriais, tem se deparado com a inviabilidade de assunção do ônus tributário representado pela incidência do ICMS à alíquota de 17% sobre as saídas de refeições que diariamente entregam a seus clientes.

Tratando-se de bens essenciais de consumo humano, o tratamento tributário a ser dispensado aos alimentos assim preparados e fornecidos deve equivaler àquele oferecido aos produtos, em estado natural, elencados no art. 23, II, Grupo B, da Lei n. 8.933/89, ou seja, gravá-los à alíquota de 12% (doze por cento).

Para operar esta diminuição de gravame tributário, mister faz-se a inclusão de ditas refeições no rol de produtos contemplados no aludido diploma legal, com a

alíquota de 12%.

Relativamente à base de cálculo do tributo, os acréscimos financeiros associados às vendas a prazo, por incluídos na base de cálculo do extinto ICM quando incorporados ao preço praticado pelo comerciante, suscitavam ampla discussão porque se tratava de modalidade mais onerosa para o consumidor final em confronto com a redação de custos proporcionada pela intermediação financeira das operações do gênero.

O anteprojeto do novo sistema tributário, extraído da Comissão Temática específica na Assembléia Nacional Constituinte, trazia para a base de incidência do ICMS os acréscimos financeiros - e não mais do IOP, o que, por evidente, beneficiaria os Estados em detrimento da União, porém não ofereceria vantagens ao consumidor final, na medida em que a equalização de encargos nas operações a prazo sucederia ao nível superior ou máximo.

Emendas substitutivas logo cuidaram de excluir o dispositivo sobre a matéria, sob o argumento de que, daí sim, ter-se-ia um poderoso estímulo à intermediação financeira e à horizontalização empresarial, dado que é significativa a diferença de custos em se agregando ICMS sobre os acréscimos financeiros vis-a-vis à agregação do IOF sobre a parcela da venda a prazo financiada.

Registre-se de que a diferença de custos entre uma empresa e outra guarda razão proporcional com o índice de expectativa inflacionária ou de remuneração nominal do capital financiado embutido no preço de venda a prazo.

Do exposto, decorre necessária a equalização de encargos no processo de comercialização de bens e serviços excluindo-se, para tanto, da base de incidência do ICMS os encargos financeiros nominais, agregando-se, em cada operação de venda a prazo, os juros reais e constitucionais ao preço à vista, para conformar a nova base de cálculo do tributo estadual.

Tal mecanismo desestimularia a integração horizontal de empresas (atividade comercial e atividade financeira), ensejando, através da uniformidade e do equilíbrio de preços microeconômicos, ganhos substanciais da ótica macroeconômica pela eficiência na alocação de recursos, agora não mais comprometidos com a administração de um conjunto de atividades financeiras criadas meramente com o objetivo de promover elisão fiscal.

Finalmente, imperiosa faz-se a isenção da previsão contida no § 1º do art. 2º do presente projeto de lei, na Lei n. 8.933/89, pois que, com a cobrança de complementação de ICMS, em virtude das diferenças geradas pela atualização monetária

do valor apostado na Nota Fiscal, está, o Estado recebendo de forma indevida, o tributo duas vezes, a primeira referente ao valor presente, destacado na nota fiscal, oportunidade em que, o pagamento do tributo é feito de forma integral e a segunda quando do recebimento, pelo contribuinte do valor remanescente do preço calcado exclusivamente na atualização monetária.

Ora, se o crédito tributário extinguiu-se com o recolhimento integral do tributo, no momento que foi destacada a nota fiscal, e por esta razão sobre o valor nela apostado, não há como se conceber que o contribuinte recolha novamente o imposto referente ao mesmo fato impositivo.

Estar-se-ia neste caso a tributar o contribuinte duas vezes em relação ao mesmo fato impositivo, o que, efetivamente, é inadmissível.

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, ao delegar aos Estados a competência para a instituição do ICMS, consignou princípio programático substanciado na característica de poder ser o aludido imposto seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços. (Art. 155, § 2º, III, da CF 88).

Sabe-se, desde o antigo e extinto ICM, que o gravame tributário sobre mercadorias e serviços, absorve porções de renda maiores daqueles consumidores que detem menor capacidade contributiva.

Daí a técnica de atribuir-se característica de seletividade a impostos do gênero, pela circunstância de se estar, assim, diminuindo o ônus tributário dos bens essenciais ao consumo e aumentando a carga impositiva dos bens não essenciais.

A lei paranaense instituidora do ICMS (n. 8933/89, de 26 de janeiro de 1989) deu efetividade parcial a este princípio programático elegendo a alíquota de 12% (doze por cento) para um conjunto de produtos que, em sua grande maioria não são ofertados ao consumo em estado natural (art. 23, II, da lei cit.): qualidade que, desde logo, os afasta da incidência menos gravosa para situá-los na incidência mais gravosa de 17% (dezessete por cento).

É o caso dos produtos alimentares que, nas sociedades modernas e urbanizadas, são ofertados ao consumo depois de processados industrialmente, não se concebendo mais, portanto, que o sejam em estado natural.

É de se considerar que o ICMS já incide menos gravosamente em outros Estados da Federação tais como, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo, nas operações internas realizadas com alimentos industrializados, o que haja vista a vantagem que representa, implica em concorrência com os produtos paranaenses.

Este quadro por certo perturbará o regular funcionamento de nossa indústria,

algo indesejável para um Estado que ainda carrega o estigma dos denominados passeios de matérias-primas agropecuárias.

Para reverter este quadro e dar azo a que se amplie o grau de processamento interno de nossas matérias-primas, permitindo significativa agregação de valor econômico a produção de nosso Estado, é que se justifica a diminuição da alíquota do ICMS para os produtos alimentares industrializados anotados neste projeto de lei. Afinal, o beneficiário último da alteração sugerida é o consumidor paranaense.

Ademais, o princípio da seletividade, por flexibilizar as alíquotas nominais de incidência do ICMS, sepulta o artificialismo de se reduzir bases de cálculo e de se valer da pouca dinâmica técnica dos créditos presumidos ou fictos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente.

Horário das lideranças.

PT com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PDC com a palavra

(Declina).

PDS com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PTN com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PRP com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

to A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 41/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 41/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Formosa do Oeste, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Iracema do Oeste. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 41/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Formosa do Oeste, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de IRACEMA DO OESTE.

"Inicia no cruzamento do Ribeirão dos Padres com a estrada Roma, seguindo por esta até a estrada Jacaré, seguindo por esta até a divisa dos lotes n°s 440, 441; seguindo até encontrar o Ribeirão Jesuíta, seguindo por este, água acima pela sua margem esquerda até alcançar a estrada Figueira; por esta até a estrada Pio XII, seguindo pela mesma, até a estrada Alvorada; seguindo-se por esta até a estrada Marília, descendo pela estrada Marília até alcançar o Ribeirão dos Padres; por este seguindo-se pela sua margem direita, até a estrada Roma, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL: - Do Projeto de Lei n° 207/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU. Aprovado. Publ.D.A. n° 72, de 17.08.89.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 251/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 65/89), que objetiva estabelecer o valor da remuneração dos Secretários de Estado, como limite máximo para remuneração de Servidores Civis Militares, Ativos e Inativos e de Pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 44/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 24/89), que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de terreno que especifica, situadas no Município de Pirai do Sul, conforme transcrições n° 1.118 e 848, Livro 3-A do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 76/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL CRISTO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 111/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 50/89), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o imóvel urbano constituído pela data n° 16, da quadra n° 22, com área de 480 m2, havido pelo Estado conforme matrícula n° 6091, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

Há um requerimento de preferência de votação, para o Projeto de Resolução n° 58/89, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tirou o projeto da Ordem do Dia, porque falta assinatura do Sr. 1.º Secretário.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

121/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 52/89), que autoriza o Poder Executivo doar à União, os bens imóveis desapropriados por força do Decreto Estadual n° 10.306, de 05 de março de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 123/89, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - PDU", com sede e foro na Cidade de Paçandu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 140/89, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina Prefeito Ivo Feiten, a PR-562 que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que concede pensão mensal à viúva do vice-Prefeito do Município de Terra Roxa, na gestão 82/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 43/89, (Mensagem n° 51/89, ex-Proposição n° 37/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/89, (Mensagem n° 56/89, ex-Proposição n° 47/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio SEPLAN-PR n° 19/88, celebrado em 28.12.88, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnico e financeiro, para a realização dos projetos que especifica. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 47/89 (Mensagem n° 55/89 ex-Proposição n° 48/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o termo de acordo celebrado em 17/08/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação

Geral e a SUDESUL, com a interveniência das Secretarias do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate à erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 192/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 59/89), que altera dispositivo da Lei n° 5.944, de 21/05/69 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 192/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Lei n° 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado), alterada pelas Leis n° 7.732, de 07 de outubro de 1983 e n° 8.068, de 28 de dezembro de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

a. A alínea "a" do inciso I do Art. 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

" a) tempo de serviço prestado à corporação como oficial - meio ponto por semestre completo."

b. Ficam revogados a alínea "d", do inciso I e o parágrafo 6° do Art. 37.

c. Os incisos I e II do Art. 52 passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - Segundo Tenente e Primeiro Tenente: um terço das vagas existentes.

II - Capitão e Tenente-Coronel, inclusive: um quarto das vagas existentes."

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.89.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 192/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 59/89, altera dispositivo da Lei n° 5944, de 21.05.69 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado).

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, através deste Relator, ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria entende que esta se encontra em conformidade com a Legislação Federal pertinente, pois foi apreciado preliminarmente pela Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército, tendo merecido parecer favo-

rável.

Além do mais, o histórico apresentado na supracitada Mensagem Governamental exige este Relator de maiores comentários da conveniência e do alto interesse público contido no projeto em discussão.

Assim sendo, nada encontra este relator que possa impedir a legal tramitação deste plano de lei por esta Augusta Casa Legislativa.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 192/89

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 59/89, o presente plano de lei visa alterar dispositivo da Lei n° 5944, de 21.05.69 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado).

Nos aspectos legal e constitucional a matéria veio a receber parecer favorável, pois a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a norma se encontrava em conformidade com a legislação federal própria, tendo sido apreciado em caráter preliminar pela Inspeção Geral das Polícias Militares e recebido da mesma, aprovação.

Além disso, a justificativa governamental vem a ressaltar a conveniência e o alto interesse público desta proposta.

Esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de conformidade com o Regimento Interno desta Colenda Casa, vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, verificando que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.89.

(aaa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 192/89

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo Estadual, através da Mensagem Governamental n° 59/89, objetiva alterar o dispositivo da Lei n° 5944, de 21 de maio de 1969, dita Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Ao proceder-se à análise do presente plano de lei, notamos a sua conveniência e o alto propósito em favor dos policiais militares, ressaltando-se o aspecto meri-

tório da iniciativa.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública dá o seu parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei, seguindo os entendimentos das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nada encontrando que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2103, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2110, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2087, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2088, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2098, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2091, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2094, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2092, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2095, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2096, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2117, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2100, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2097, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2099, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2101, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2105, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2106, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2107, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2108, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2111, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2113, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2116, de autoria do

Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2104, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 44, 76, 111, 121, 123, 140 e 214/89.

e dos Projetos de Resolução ns. 43, 46 e 47/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 192/89

e do Projeto de Resolução n. 41/89

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 109, 266 e 267/89

e do Projeto de Resolução n. 59/89.

Levanta-se a sessão.